

1. *Introdução*

Cada vez estou mais refratário a fazer palestras. Antigamente eu sabia o que dizer às pessoas; em certa medida as pessoas partilhavam os meus interesses. Há agora uma nova geração de pessoas, veja. A maioria de vocês aqui é muito jovem. Esta é uma geração materialmente mais rica do que aquela de que eu provenho e isso dificulta saber o que vocês querem. A minha geração estava dividida em dois: uma parte queria mudar tudo no mundo; a outra parte queria conservá-lo. Era uma divisão muito clara. Quase que não havia tons intermediários.

Quanto a vocês, o que querem vocês? Acho que querem mudar o mundo, ganhando nas Bolsas (gargalhadas). Mas será este um caminho para mudar o mundo? Ou melhor, será que – do ponto de vista de vocês – trata-se de mudar o mundo? Penso que não. E isso dificulta escolher as idéias, desenvolver os temas que efetivamente possam corresponder às necessidades de seus interesses.

No fim do ano passado eu fazia uma palestra sob convite. Desfiava algumas características que podiam levar a estabelecer os parâmetros do que íamos ali discutir. Um ouvinte menos paciente gritou:

- Diga-me algo que ainda não sei!

A frase é bastante conhecida. Mas ela põe em pauta a minha dúvida inicial. O que efetivamente dizer que seja do interesse de um público um tanto heterogêneo de uma faculdade. Algo que corresponda às suas necessidades. Naquele momento, como um ato de legítima defesa, falei.

– *U mani cha...?*

Certamente, era algo que meu interlocutor não sabia. De fato, ele nem sabia se o que eu havia dito era de seu interesse. O palestrante às vezes triunfa por estes meios (aplausos). Na impossibilidade de dizer algo que seja interessante, vê-se a apelar para o incompreensível.

De fato, a palavra “crise”, particularmente em economia, é quase sempre incompreensível. A melhor maneira de entendê-la é lembrar-se daquele semicírculo com que se

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma transcrição adaptada de palestra proferida na Universidade de São Paulo, no dia 22/03/2010, às 19:00 h. O debate posterior foi omitido.

<sup>2</sup> Professor Titular de História da Universidade de São Paulo.

descreve o movimento econômico cíclico e pensar que “crise” é tudo que começa com a brusca descida desde o ponto mais alto e continua com a descida. Ou pela descida abaixo. Quando você vai ao parque e o carrinho na montanha-russa desce, então, se fosse a economia, aquela descida seria a “crise”.

Na crise, os fatores de oferta parecem ser sempre em excesso: a produção interna, a produção estrangeira disponível, os estoques ou existências, o custo da mão-de-obra, etc. O dono da sapataria e o distribuidor de eletrodomésticos veem seus clientes desaparecer de repente, ou minguar dia-a-dia. Então, sem maiores necessidades de economês, tais vendedores ou revendedores sabem que há uma crise. Isto porque os ganhos deles estão em crise.

Nessa situação, aquela certeza de que as pessoas costumam estar imbuídas quando vivem do mercado, aquela certeza de que tudo vai correr bem, tende a minguar ou até a desaparecer. Nesse momento, até o liberal mais extremo, aquele que odeia a presença do Estado na economia, clama para que o governo intervenha mais, para que seja fornecido dinheiro fresco aos empresários e seja aberta uma nova frente de créditos aos insolventes, etc.

Todos os liberais correm e querem que os fatores competitivos sejam alterados, com farta distribuição de dinheiro arrecadado pelos impostos. Querem que os preços dos principais produtos sejam sustentados artificialmente; reclamam da insuficiência de barateamento dos insumos básicos, inclusive da mão-de-obra; reclamam das mudanças tecnológicas nos produtos da concorrência, etc.

Na visão de conservadores e liberais o governo deve ou deveria – durante a crise – manipular de tal forma os fatores monetários que se levasse a *procura* a resolver os problemas da *oferta* em todos os seus componentes. Então aqui chegou-se a uma outra obviedade. No lugar de dizer algo que aquele meu amigo ainda não sabia, uma vez mais estou a dizer algo que é da maior obviedade: a crise implica em desajuste profundo entre a oferta e a procura.

Quando se dá a crise, ela se manifesta pela forma da valorização relativa de uma moeda central em nosso sistema; ela se manifesta pela incerteza crescente no futuro próximo, futuro que – em tese – não deveria ser temido. A crise se manifesta pela queda do valor dos papéis que expressam troca de poder-de-compra no presente pelo poder-de-compra no futuro. Os investidores maiores querem tirar rapidamente seu dinheiro dos títulos nas Bolsas de Valores e correr para refúgios seguros, com a compra de ouro, terras, prédios e até certas máquinas.

Em suma, há uma forte perturbação dos fatores monetários, como o movimento do ouro, a velocidade de variação do câmbio externo e da taxa de rotação dos depósitos. Estas perturbações se dão em desfavor do aumento da produção e do aumento das trocas internacionais. Ocorreram então fatores que se acumularam negativamente, aprofundando a crise.

## 2. A Crise Econômica

**E**ntão, tem-se que o desajuste entre a oferta e a procura quase sempre – em termos contemporâneos – se manifesta como um excesso de oferta, ou uma aparência de *sobreprodução* de inúmeros bens, que não conseguem encontrar compradores. As razões para tal desequilíbrio acumulam-se durante alguns anos, para depois chegar a seu desfecho crítico na crise. Há uma necessidade de introduzirem-se continuamente *inovações tecnológicas* no maquinário e nos procedimentos da produção, para reduzir a quantidade de mão-de-obra utilizada e produzir-se a custos mais baixos que a concorrência. Isto leva a oscilações na oferta e na demanda dos novos equipamentos produtivos e até ao sucateamento moral de parte dos mesmos. Sucateamento moral quer dizer que o equipamento se desmoraliza como redutor de custo, antes mesmo que se complete o ciclo técnico de sua utilização.

Se, por acaso, você dividir a economia em dois setores, (a) um deles produtor de bens de produção; e o (b) outro produtor de bens de consumo, este raciocínio do desequilíbrio entre os dois torna-se bem visível. Os produtores de bens de produção verão suas encomendas reduzidas pelas flutuações do setor da produção de bens de consumo. Estes, no setor II (bens de consumo) observam que os créditos ao consumo já não vem sendo tomados a taxas crescentes e resolvem adiar a compra ou introdução de novos equipamentos, nas condições atuais ou presentes de consumo. Eles tentam “farejar” para aonde vai o consumo, a cada variação de preço e (1) a uma dada taxa de lucro que não se expande, se percebe a aproximação de (2) um custo que já não decresce. Nessa situação, quase sempre se está no ponto mais alto da curva de expansão e a queda irá se iniciar a qualquer momento. Basta para isso que alguém comece a despedir sua mão-de-obra, ou liquidar seus estoques, ou reduzir sua produção, etc, para que se inicie a corrida “ladeira abaixo”.

No entanto, recorde-se daquela frase de Hegel, de que as coisas nunca são o que parecem ser. Em cada crise concreta, ela não se passa como a descrição analítica que acabei de fazer. A crise, cada qual se dá como uma forma concreta, distinta e até irrepetível. Ou seja, a sua *aparência* é sempre – pelo menos em parte – surpreendente. Ela aparece ou “estoura” onde não deveria ocorrer, etc., deixando assim sempre um rastro de vítimas apanhadas de surpresa, como no caso de um maremoto. Isto porque não se pode prever nem saciar todas as expectativas dos diferentes ramos e/ou mercados produtores, usurpadores ou especuladores que se envolvem nos mecanismos da oferta e da procura. Sempre haverá uma área obscura de atividades de ganho que há de introduzir elementos de surpresa, formando o acaso aparente da próxima crise.

A crise atual, por exemplo, no que se pode observar, nasceu da delinquência excessiva e tolerada daquelas quatro ou seis casas de especulação que perpetravam o eixo Wall Street-Londres. Sua atividade como *trombadões* foi tolerada e até protegida pelos dois governos, que

estão no cerne da espoliação do mundo todo. Uma vez que a ação de tais grupos foi tolerada, não há equação de comportamento da função procura que possa prever a reação de parte do mercado, em dadas circunstâncias que se passam dentro das relações daquelas casas de especulação e os mercados. Os dados do que se passa ali são omitidos e camuflados. Dessa forma, sempre haverá grupos de capitalistas hábeis para driblar as instituições e formatar novos lucros, até fictícios, que terão que sair primeiro do bolso de seus colegas e – em última instância – da imiserção decorrente da massa trabalhadora.

Portanto, o que se deve ter em vista não é uma suposta crítica moralista à atividade dos *trombadões*. Deve-se ver o outro lado de sua ação. Ela corresponde a uma necessidade do capital, encontrar novas brechas para elevar – a qualquer preço – a taxa de lucro. Aquelas flutuações financeiras que geraram a presente crise não de dar lugar a outras que gerarão uma *nova crise futura*, por necessidade absoluta e inarredável dos capitalistas de lucrarem cada vez mais – uns às expensas dos outros – e todos às expensas da sociedade.

Ou seja, as relações de produção, a estrutura institucional, podem limitar o crescimento das forças produtivas. Mas não pode limitar as *promessas* dos especuladores de crescimento das forças produtivas para além daquilo que é permitido pelas relações de produção. Nessa brecha do *permissível* e do *desejado* se inserem as especulações vazias – do ponto de vista produtivo – do capital financeiro, revelando toda sua estrutura parasitária. O colapso cíclico desta estrutura parasitária deverá, no entanto, como já se disse, ser pago integralmente pela miséria e pelo desemprego daqueles que não podem aplicar o que não possuem nos mercados de títulos.

### 3. A caracterização de uma crise

Apesar de eu haver valorizado uma certa concepção ou teoria da crise econômica, isto não quer dizer que tal crise não possa ser vista de outra perspectiva. Caso se recorra aos economistas mais destacados ao longo da história do pensamento econômico, será possível ver-se um verdadeiro desfile de teorias ou de focalização da crise e, estejam certos, cada um encerra uma parte, ou um pouco, de verdade. Isto porque é importante destacar em cada crise o que depende de como ela se dá; o que depende de sua forma. Pois as crises, como tudo mais, não se passam sempre da mesma maneira. Também o que se vai destacar nesta ou naquela teoria depende do interesse daquilo que se quer tratar, porque ao longo do tempo e em diferentes épocas o que dá desejo de enfrentar ou realçar numa crise varia de modo substancial.

Para Marx, por exemplo, uma crise econômica se desfecha quando a poupança está mais elevada do que o investimento e daí cria-se um desequilíbrio no consumo. Nesse caso, parte dos bens deve ser vendida a preços inferiores ao seu custo, caindo a taxa de lucro e a mais-valia que pode ser convertida efetivamente em lucro. Para J.A. Hobson, a poupança, ao ser investida, deve gerar uma procura de bens. Caso a poupança flutue e não seja investida, deve por consequência

ocorrer uma queda no consumo que pode levar à crise. Para Von Mises e Dale Robertson, a busca por ganhos crescentes leva à elevação de preços na expansão e, portanto, reduz o consumo. Isto cria uma poupança forçada que leva à defasagem entre a oferta de bens de equipamento e de consumo, e à procura pelos mesmos. Para Aftalion, o tempo excessivo para a construção de equipamentos, demandado pelo setor ofertador leva (1) à elevação dos preços da oferta e (2) à impossibilidade de cobrir a expansão da procura por bens de consumo.

Para Wicksell, Fisher e também Von Mises, é a insuficiência de crédito no fim da expansão que leva à queda do consumo. Para Hayek, a diminuição da procura de meios de produção, na verdade, expressaria uma insuficiência da poupança. Daí a crise. Para J.M. Clark, a duração da expansão atua como elemento defasador dos equipamentos, aguçando as flutuações e conduzindo à crise. Para Hawtrey, são os bancos centrais que terminam por travar os créditos no auge da expansão, levando ao seu encurtamento e precipitando a crise. Ele faz a defesa do conhecimento e da utilização do coeficiente de liquidez.

Para N. Johannsen<sup>3</sup>, o notável precursor de Keynes, a poupança que não se investe (entesouramento) e aquela outra que adquire riqueza já existente (poupança improdutiva) levam ao desequilíbrio entre a oferta e a procura global, com recuo do consumo e conseqüente crise de sobreprodução. E, para John M. Keynes, quando o valor realizado dos bens de consumo for menor que o seu custo, caem os lucros, a procura por equipamentos e há depressão econômica.

É evidente, pois, que do estudo de uma crise particular saltam certos elementos que também se evidenciaram em outras crises. Podem estes portanto ser induzidos como de caráter mais geral. Ou seja, contribuir para a formulação de uma teoria geral da crise. No entanto, não é essa crise geral que se procura em cada crise particular, mas sim usar o substrato conceitual já existente para entender e explicar de que se trata naquela crise particular que é estudada. Ou seja, a teoria geral da crise se verifica e se alimenta do estudo de cada crise particular.

Pode-se ver que em todas estas teorias ligadas a cada economista em particular, há elementos generalizados que são comuns: (a) a estruturação da defasagem entre oferta e procura; (b) o papel do bloqueio do consumo; (c) a incapacidade de obter uma resposta imediata para a crise, etc. De modo que se poderia uma vez mais suspeitar do papel que desempenha o interesse social em (a), (b) ou (c) para a condução das medidas a tomar e na leitura da própria crise. Os detentores do capital, o governo, os representantes dos grupos sociais mais ativos, etc., talvez devam dialogar e negociar as medidas que podem ser tomadas para enfrentar uma crise. Talvez devessem tais forças elaborar uma matriz de consensos para o que pode ser chamado de “interesse nacional” ou de “interesse social”, dentro da ambiência de uma crise.

Ou talvez nada disso se mostre possível. Talvez a norma vigente em uma dada sociedade seja a imposição nua e crua de tais ou quais grupos a todos os demais, organizados ou não. Vê-

---

<sup>3</sup> Ver “A biographical dictionary of dissenting economists” – Phillip Arestis & Malcom C. Lawyer & Nicholas August Ludwig Jacob – Johannsen (1844 – 1928).

se aqui a importância de uma dada sociedade para demonstrar suas técnicas para administrar conflitos. O certo é que não haverá na crise diminuição de custos sociais e/ou econômicos; nem haverá oportunidade para todos, E certamente tampouco haverá prejuízos para todos. Pelo contrário: a observação histórica indica uma crescente sofisticação dos mecanismos de gestão social e econômica dentro do *ambiente de crise* e o surgimento de certas forças sociais que conseguem cada vez mais se desvencilhar dos custos da crise, lançando os efeitos materiais da mesma sobre outros.

#### 4. *O risco continua junto com a crise*

**A** pesar da extensão arrasadora da “crise do Lehman & Brothers”, revelando sua escala mundial e o fim da “globalização”, pelo menos por alguns anos, os especuladores continuaram a controlar a mídia internacional e local com força suficiente para vender o peixe da “rápida recuperação” ou, pior, da “recuperação global”. No entanto, o que se tem visto? Flutuações e mais flutuações, com os poderosos protegendo os seus ganhos, sob o escudo das doações recebidas de dinheiro público. Poder-se-ia fazer uma interpretação de dia por dia desde meados de 2008, para mostrar a crise plenamente instalada e o desperdício colossal de recursos para manter a mesma *estrutura*, que já produziu os estragos bastante conhecidos.

Exemplifico com a primeira semana de fevereiro (de 2010). Enquanto o governo brasileiro “aproveita” a oportunidade da crise para lançar a proposta – de novo – da usina hidroelétrica de Belo Monte, visando substituir com energia aparentemente barata outros fornecedores primários, a “economia global” vê debilitar-se o *euro*, através da evidente insolvência de países sócios da Eurocomunidade, como Grécia, Itália, Espanha e Portugal. Poder-se-ia perguntar sob qual relação preço X custo irão os produtos a ser insumados por Belo Monte ser vendidos no futuro “mercado global”. Isto não parece preocupar o governo local, embora seus futuros possíveis ganhos não sejam obviamente fixos ou estáveis, mas uma função de lacuna entre oferta e procura futuras, que já está sendo engendrada para a *crise futura* no bojo de *crise atual*.

A centralidade das decisões sobre tal problema não se encontra aqui, mas certamente na *crise do euro* ou na *crise do dólar*, no aparente “lá fora”. O quase falecido Terceiro Mundo não é o gestor da crise e seria mais interessante concentrar a oportunidade de explorar a crise, ou transformar em vantagens as suas desvantagens, dentro de expansões vinculadas às necessidades do mercado interno e não dependentes de suas esperanças crescentes renascidas de exportador primário.

Um componente interessante para esta reflexão é a maneira como a crise continua a se manifestar, ou como se manifestou enquanto *crise do euro*, na primeira e segunda semana de fevereiro. A observação de tal fenômeno não pode deixar a menor dúvida: não houve qualquer

alteração radical de elementos, na composição dos aspectos atuais da crise, em relação a suas manifestações de 2008 e 2009. E por quê assim se dá? Porque os governos centrais evitaram tomar a decisão política de controlar os fatores de crise, particularmente os *trombadões* que continuam lucrando na especulação financeira.

Na primeira semana de fevereiro os mercados ditos globais sofreram fortes perdas, com fuga dos especuladores das atividades de riscos, como moedas emergentes, *commodities* e oferta de ações. O dinheiro saiu das aplicações ligadas à produção dos países mais pobres e se escondeu no escudo dos chamados “portos seguros”, ou seja, o dólar, o ouro, e títulos do governo dos EUA. Como se sabe, em 2009 o Brasil recebera um montante de recursos dos especuladores só inferior ao recebido pela China, e é claro, irá ele tornar-se um dos maiores perdedores de recurso, nas condições atuais da *crise do euro*. Com um mercado de elevada liquidez, os especuladores entram e saem com muita brevidade nas operações brasileiras, aguçando-lhe o padrão de flutuação e vinculando de modo perigoso as variações externas com as possibilidades de efetiva aplicação local de capitais. Oscilam as Bolsas lá fora e refletem-se imediatamente no mercado local, reduzindo a possibilidade de o governo brasileiro gerenciar os recursos vindos do exterior para atividades de médio prazo.

Implica isso dizer que há sobreexposição do mercado financeiro local aos piores especuladores internacionais. Aumenta a possibilidade de quem segura as cordinhas do boneco canalizar a crise – em dadas circunstâncias – para aqui, a fim de realizar uma “colheita extra”, que compensasse – por exemplo – o apodrecimento de “maçãs” como Grécia, Portugal, etc.. Basta (1) mudar a classificação de risco do Brasil e (2) tirar alguns bilhões aplicados durante uma semana e o país estará, uma vez, mais transformado em “bola-da-vez”, no melhor estilo dos anos (19)80 ou 19(90). Quem não se lembra? Isto porque, insisto, os governos centrais não tem efetivamente desejado controlar os fatores de crise ou os “criadores de turbulência”.

Uma vez que a profundidade anterior da crise obrigou os países centrais a baixar drasticamente suas taxas de juros, os especuladores se concentraram em aplicações nos países que tiveram ou optaram por taxas de remuneração mais elevadas, com destaque para o Brasil. Isso aumentou tanto a desordem no mercado financeiro local, como a oportunidade de receber-se bruscamente a visita dos “coletadores de lucro fácil”, com o esgotamento da possibilidade de pagar da Grécia, Itália, Portugal, etc. O governo tem falado na necessidade de realinhar os fundos “hedge”, mas até aqui falar e fazer não parecem andar juntos. Não creio que governo enfrente a negativa dos gestores para aceitar suas proposições que reduzam o impacto especulativo.

## 5. *Baile de Serpentes*

**N**uma situação em que todos apostam contra todos, não é muito fácil saber quem são os especuladores que se dispõem – e não podem ser pequenos – a investir contra o euro e aprofundar-lhe a crise. É isso que se está passando e vem à tona a suspeita de que se aqueles mesmo seis – agora coadjuvados – que quebraram os EUA na origem da crise atual (2008) não estejam de novo se dedicando ao “outro objetivo”. De qualquer maneira, a lentidão e a apatia da União Europeia, quanto às manobras destrutivas que vêm do eixo EUA/Grã Bretanha, apenas prosseguem. Parece que o fato de não ter o controle da OTAN leva a Europa Ocidental (do continente) a uma espécie de estado catártico. No entanto, o sucesso do modelo europeu (UE) colocaria em xeque o outro modelo, representado pelo eixo EUA-GB. Aqui nesses dois, um capitalismo cada vez mais desenfreado e sem controle se aproxima da versão clássica do “capitalismo selvagem”, inclusive no plano interno. Diante dos partidários da globalização no estilo “salve-se quem puder”, o impacto da crise de 2008-2010 permitiu viabilizar até mesmo a viragem de opinião nos EUA que tornou possível Obama.

Parece talvez paradoxal: o excesso de liberdade aos donos do capital desencadeou uma crise que levou ao poder nos EUA um político que se aproxima mais do modelo conciliador de Merkel e Sarkozy, que do estilo agressivo e antissocial dos Bush. No entanto, se as lideranças de União Europeia (UE) não se mostrarem capazes de se defender, elas estarão não apenas pondo em risco o euro, mas também renovando a crise norte-americana, através de um enfraquecimento adicional de Obama, quanto às suas proposições originais de criar um EUA mais afeito às políticas sociais ou ao bem-estar social.

Na devida escala, a América do Sul também está dividida pelas mesmas tendências, quanto aos modelos disponíveis para suas classes dominantes. Há o modelo da União Sul-Americana de Nações (Unasul), que, combinado ao Mercosul – que se deseja aprofundar –, pode contribuir para um caminho de integração que reduza os custos para todos e faça todos esses “burros” latinos puxarem a carroça na mesma direção. Do outro lado, existe a velha estratégia da subordinação e do entreguismo tradicional, defendida e preconizada por aquelas forças que emergiram saudosas do colapso das ditaduras militares do continente e cujo programa consiste na clássica e conhecida política de “socialização dos prejuízos”.

Nas condições de um ano eleitoral – inclusive com a eleição de um(a) novo(a) presidente – estas duas concepções se digladiaram como pano-de-fundo de uma série de discursos parciais, que desde a direita política evita falar claramente qual seja o pano-de-fundo. A direita é a favor da subordinação direta aos EUA e é contrária à busca de um caminho sul-americano ou latino-



americano para a integração. O modelo da direita é aquele do Consenso de Washington, da defesa da globalização de tipo norte-americano, com a liquidação de um horizonte estratégico para a industrialização sul-americana. Seria dar, para ela, uma dimensão continental à política de FHC, com a “privatização”. Quem não está lembrado? Aquele modelo não está morto. É inspirado nele que os convidados da Rede Globo atacam todos os dias qualquer ação latino-americana de governo, desde o absurdo golpe de Honduras até a venda de cebolas para o governo Chavez.

É de certa forma incrível que a esta altura haja políticos e elaboradores de política que defendam, sob a fachada de liberais, a subordinação permanente aos interesses dos EUA. Não é de admirar, portanto, que tal seja feito de forma disfarçada. Sob o disfarce de rejeitar ponto a ponto cada ato dos governos legais sul-americanos em sua diplomacia continental, tais elementos de direita deixam clara a sua rejeição a uma dinâmica local elaborativa de políticas próprias. O mais interessante nisso tudo é que o eixo EUA-GB não possui quaisquer políticas alternativas para este continente materialmente subjugado. Todo o papel que é reservado à América Latina ou à América do Sul é que continuem no mesmo lugar na divisão internacional do trabalho e, de preferência, evitem inovações – como a China ou a Índia – enquanto parceiros comerciais.

Nesse sentido, creio que apesar de a crise global estar agora mais localizada na Europa, o fato de ela apresentar-se como uma *crise do euro* denuncia um grupo bem conhecido de oligopólios – a maioria dos EUA e da GB – no miolo da armação contra a União Europeia, aproveitando a fraqueza dos chamados PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha [*Spain*]). Caso a União Europeia não consiga reagir a tempo, semelhante agressão poderá até mesmo jogá-la “para fora da estrada” por alguns anos. A “quebra” da Europa é sumamente crucial para algumas forças que chegaram ao extremo de “tocar fogo em sua própria casa”, qual fosse, os EUA e a GB. Estes grupos econômicos não recuam diante de nada. Em consequência, quando mais alinhada se encontrar a América do Sul com os EUA e a GB, mais facilmente tenderá a se tornar vítima de novas agressões econômico-financeiras, com o colapso cambial, da moeda, etc., no melhor estilo do que aconteceu durante o famigerado Consenso de Washington, e sua fatídica política de globalização.

#### 6. *Vacilações na Política doméstica*

**A** política mais profunda do governo para 2010 parece conter uma expectativa de controle da inflação, que terá de implicar redução de crédito no mercado interno e sustentação ou elevação de juros, para agradar o capital externo. O governo estará a trabalhar com uma série de variáveis perigosas: (1) trata-se de ano eleitoral, com forte demagogia de políticos corruptos que, portanto, precisam demonstrar algo

na véspera de eleições; (2) nas condições eleitorais, o governo não pode dispensar o apoio de qualquer força, independente de sua natureza; (3) O banco central (BACEN) espera para o ano recursos externos insuficientes, para cobrir o déficit que é prospectado nas transações com o exterior. Finalmente, é um ano de Copa do Mundo de futebol e uma vitória do Brasil fará tudo esquecer, como uma derrota fará ver o lado negativo das coisas.

Hoje, devido à crise, o montante de captação do investimento externo está muito longe daquele de 2007. Em 2009, captou-se apenas 4,7% do montante de 2007, apesar do discurso da marolinha. E que pese a eficiência propagandística do governo federal, que através de gordas distribuições de verbas consegue quase silenciar o ódio antioperário da mídia, os tubarões da informação esperam apenas uma oportunidade para avançar e tomar partido aberto na campanha eleitoral. A posição do Balanço de Pagamentos desempenha nisso papel crucial. Como o país está mais vulnerável, *a crise do euro* se torna decisiva para facilitar ou dificultar o feixe de escolhas possível para o término da administração Lula.

No primeiro trimestre deste ano (2010), a economia vem dando sinais de recuperação e não de colapso. As despesas externas estão aumentando – importações de bens e serviços e remessas de lucro – mas apontam no sentido da retomada expansiva interna. O endividamento continua a ter, portanto, uma função secundária. O governo certamente irá procurar dosar: (a) o movimento expansionista; e os (b) mecanismos de controle da inflação, para ao longo do ano impedir que a situação escape ao seu domínio. Por enquanto, o saldo comercial vai em queda, está-se perdendo bastante em divisas, e o governo está comprando moeda externa no mercado financeiro para manter a posição de suas reservas e impedir a valorização em excesso do real. Assim, a situação do Brasil é bem diferente daquela da Grécia, Itália, Irlanda, Portugal ou outro membro do chamado PIIGS. Quer dizer, os “porcos”, ou países que “não fazem o dever de casa”. O governo brasileiro não está passando por uma derrocada administrativa do tipo de Grécia ou Portugal, ou seja, distribuindo para as elites ou parte da população uma renda que não existe. Não é a necessidade do governo atual promover um arrocho dos salários ou do consumo, ou cortar em demasia os gastos públicos. Isso sem dúvida deixa muitos ex-governantes aborrecidos. Aborrecidos que o tal sindicalismo de resultados haja conseguido gerar uma administração para o país mais eficaz e mais competente do que aquelas que a famigerada “Nova República” havia se mostrado capaz de produzir...

A sustentação atual dos juros visa (1) atrair capital externo; e (2) permitir controlar eventual irrupção inflacionária. No entanto, ela não expressa uma situação desesperadora do endividamento externo, como foi há dez ou vinte anos atrás. As exportações brasileiras têm crescido e o país se reformulou como produtor primário, em boa parte auxiliado pela expansão enorme da procura chinesa por insumos. Tendo a China como seu principal mercado comprador, o Brasil colocou-se melhor do que estava – na divisão internacional do trabalho – há

vinte ou quarenta anos atrás. Este deslocamento para o lado deu ao Brasil maior flexibilidade no mercado internacional, com preços mais favoráveis até aqui e compradores diversificados.

A verdade é que a posição do Brasil como mero exportador primário e dentro de uma conjuntura mundial de crise tem-se mostrado surpreendentemente bem sucedida. Quando a crise estourou (julho-agosto de 2008) era voz corrente que a China pararia de crescer, que ela cairia junto com o comércio mundial, que o *Yuan* teria que ser valorizado, etc. Quase dois anos depois, deve-se reconhecer que a China não parece ser movida pela crise internacional; parece-se mais capaz de aproveitar-se de tal crise. Ela tem continuado a consumir e a estocar matérias-primas; e tem continuado a se expandir. O Brasil, certamente, está se beneficiando desse efeito chinês na economia mundial, na condição de parceiro importante ou até chave na América Latina.

Não há dúvida de que a presente conjuntura é de todo favorável à expansão, em termos mundiais. O colapso dos PIIGS se explica em parte no esforço que fizeram para evitar desinvestimento e redução do bem-estar, no quadro da presente crise mundial. No entanto, o Brasil, que envidou “esforços anticíclicos” bem semelhantes – muitos de natureza duvidosa – tem escapado de forma bem sucedida. A razão é até simples: os donos do capital preferem hoje a China e o Brasil, e não a limitada perspectiva de diversificação de ganhos da economia dos PIIGS.

#### 7. Um elemento da Infraestrutura

A política energética do Brasil se baseia em dois pilares: (a) uma expectativa de crescente escassez mundial de petróleo e de sua elevação sustentada de preços, para viabilizar a hipótese de ganhos com o pré-sal; e (b) a transformação do etanol em uma *commodity* substitutiva do petróleo em escala mundial. O governo brasileiro tem elevadas expectativas de ganho em ambas as pontas e é certo que pelo menos a segunda delas deva se concretizar em uma ou duas décadas. A tecnologia brasileira já está produzindo tipos transgênicos de cana-de-açúcar, cuja implementação do plantio em larga escala irá revolucionar a favor a atual relação preço-custo. Estão assim sendo produzidas *joint-ventures*, que expandirão este mercado com a presença das “sete irmãs”.

Com relação à exploração hidroelétrica, o governo federal continua a apostar em mega-usinas, como se evidencia pela preferência para a construção da usina de Belo Monte, no rio Xingú. Diz-se que será a terceira maior do mundo, com uma oferta 29% maior do que a atual Itaipú. Até aqui, os grupos-de-pressão organizados nas localidades que serão afetadas ainda não se fizeram ouvir politicamente para deputados e ministros. Estes estão surdos porque as manifestações têm sido pequenas. Agricultores, indígenas, ribeirinhos e algumas ONGs, com destaque para o Movimento Xingú Vivo para Sempre e o Movimento dos Atingidos por

Barragens (MAB). Tais movimentos estão buscando apoio internacional. No entanto, os usurpadores externos de *commodities* e os especuladores no mercado de capitais não devem se encontrar entre aqueles que buscam deter a hipótese de Belo Monte e sua ideologia de exportadores. Semelhantes obras no Brasil (e em outros lugares) aparecem sempre com uma fachada de pseudo-nacionalismo, do tipo “Brasil Grande”, para mais tarde revelarem ser a verdadeira face de fomentadores do exportacionismo primário. O leilão de Belo Monte está previsto para o próximo 12 de abril e o governo tem declarado que espera dois (!) consórcios para competir no mesmo. Até aqui chegou o grau de monopólio da economia brasileira... Belo Monte faz meditar nas promessas que no passado estiveram ligadas à formação de Itaipú. Esta represa, quando formada, de tamanho soviético, está hoje com seu caixão cheio de lama, assunto sobre o qual as autoridades preferem – parece – silenciar. Esta lama é perda de nutrientes.

Sua participação efetiva no fornecimento de energia caiu recentemente para 12% do consumo do país, segundo o Operador Nacional do Sistema (ONS). Isso por certo oferece certa urgência para Belo Monte. Com o recuo da distribuição da hidroeletricidade, as usinas termoeletricas subiram sua participação de 2,5% para 4,12% (!) no mês de fevereiro.

No entanto, do ponto de vista externo, o comércio internacional – como expressão da crise estrutural – recuou 12% em 2009. Não há assim uma expectativa de grandes expansões para 2010 e 2011, anos que poderiam no máximo expressar uma recuperação. Os condicionantes externos para uma expansão da infraestrutura local podem ser daí caracterizados como fracos. Ou seja, Belo Monte e obras similares serão pagas pelos contribuintes locais.

Não se pode esquecer o elevado preço doméstico dos juros internos, quando se observa o rol de obras ou de promessas de obras que o governo acalenta. Em um país que não consegue sequer completar uma rede de metrô em sua principal cidade e que ainda não possui índices civilizados de água potável e de esgoto, semelhantes promessas quanto a tudo fazer não devem sequer convencer aos mais ingênuos.

Oficialmente, o PIB brasileiro teve em 2009 uma queda de 0,2%. Já se sabe a credibilidade disso. No mesmo período, a Argentina alega ter tido um crescimento do PIB da ordem de 0,9%, enquanto organismos internacionais apontam para aquele país com queda de ao menos 3%. Assim o caso do Brasil não deve ser muito diferente. Delfim Netto avançou com as “correções” de contas no Balanço de Pagamentos, para o fim de obter um resultado favorável no fim do ano. Tudo indica a continuidade de semelhantes práticas. Cabe não esquecer que o ministro Mantega prometeu crescimento do PIB de 3% para 2009. Menos 0,2% deve seguramente ter a mesma qualidade da promessa anterior. Aliás, é absolutamente ridículo que países totalmente controlados pelos oligopólios internacionais osem apresentar taxas de variação do PIB que sejam fictícias. Nesse caso, “bons” e “maus” resultados em essência poucas diferem. Importa mais a política de expansão que eventualmente está ou estivesse a ser praticada. E a melhor política não seria aquela ditada pelos oligopólios.

Para contrabalancear o impacto da crise, o governo priorizou em 2009 a injeção de liquidez no sistema, incluindo a desoneração de tributos sobre bens industriais e financiamento público do crédito ao consumo. No novo ano (2010), o governo vem reduzindo tais impactos expansionistas, na espera que o setor industrial haja adquirido capacidade para reagir, com ampliação da produção e do emprego. Espera-se para 2010 um crescimento do PIB entre 4 e 6%. Isso em certa medida há de depender de elevações adicionais do nível de consumo do curto prazo. Será crucial a manutenção de crédito em todos os níveis. O capital externo de curto prazo será crucial neste ano de 2010, porque tudo parece indicar uma posição deficitária das transações correntes (e dos investimentos externos diretos).

#### 8. *A conjuntura de um ano eleitoral*

**A**ssim, nos próximos meses, a elevação que se pode esperar no custo do crédito será repassada aos consumidores como preços finais mais elevados. É a contribuição do governo que se pode esperar para reduzir um consumo em processo de aquecimento e a demandar – ignorando perigosamente a crise – crescentes investimentos. Isso significa, diante da expansão das vendas de veículos e eletrodomésticos, uma tendência para que cresça o endividamento do consumidor final. As chamadas camadas de consumo C e D terão que reduzir sua procura lá pelo segundo semestre (depois do dia dos pais) e alinhar-se para nova *corrida de compras* lá para o Natal (depois das eleições). Neste percurso, o governo terá que manipular alguma coisa mais favorável do seu famoso “saco de bondades” e disfarçar e socializar o mais possível eventual recorrência ao seu quase escondido “sacos de maldades”. Isto é essencial para o sucesso eleitoral da administração Lula, que obviamente pretende se aproveitar da memória da população pobre, que ainda se recorda da “perversidade” do governo FHC.

Os consumidores do tipo C e D vêm demonstrando desde novembro uma tendência para comprar a crédito em mais de um fornecedor, o que aumenta o temor nas empresas por uma onda de inadimplência. Houve uma ampliação nos últimos quatro anos de 30 milhões de consumidores adicionais e as redes de revenda expressam um certo temor também pelo fato de que tais novos “tomadores de carnês” não têm uma história conhecida prévia como pagadores. Daí poder-se esperar a cooperação das empresas revendedoras com o governo, para esfriar o mercado entre junho e novembro. Contra esta necessidade apresenta-se contudo a Copa do Mundo, com sua enorme oferta e procura de TVs de tipo digital em abril-maio-junho.

O miolo do programa de oposição (PSDB-DEM) para a campanha presidencial é propor o fim da “farra dos pobres”, que se caracteriza na elevação do consumo das famílias e o aumento sustentado das importações nos últimos quatro anos. Infelizmente para ele, estes tópicos contra o consumo não podem ser gritado em plena rua, mas devem ser “telegrafados” para a chamada

“classe média” (grupos de consumo A e B). Pelo “telégrafo”, a elite do PSDB tem estado a enviar a mensagem de que alguém comerá o “pote de sal”, após a vitória eleitoral de Serra, e obviamente este *alguém* não se encontra pelo menos na categoria A de consumo.

Em ângulo oposto, o bloco do governo preferia acreditar que uma melhoria da conjuntura internacional de crise é de se esperar para 2011. E que tal melhoria iria trazer um forte aumento dos investimentos externos no país, graças às perspectivas de crescente valorização das terras, proximidade dos ganhos do pré-sal, Copa do Mundo, etc. Nesse sentido, o investimento externo poderia até se aproximar dos cem bilhões de dólares por ano, por vários anos.

Qual desses retratos é o mais viável? Para a pessoa comum, só cabe cruzar os dedos e esperar. Na medida em que ambas as “mensagens” se espalhem na população, o “povão” tenderá a apoiar o caminho do PT e as “elites” seguirão a proposta do PSDB. A política do governo neste caso só pode ser segurar durante o presente ano as “marolinhas”, dando a impressão à maioria de que o seu caminho é que está correto. À oposição caberá o “terrorismo econômico teórico”, tentando apavorar a suposta “classe média”, para mobilizá-la e com isso lograr arrastar a parte mais “ignara” do povão, particularmente da pastoreada pelas igrejas pentecostais. O modelo será portanto um desdobramento do tipo da última campanha eleitoral em São Paulo, em que a Marta Suplicy foi demonizada com “seu marido argentino” e não se discutiu qualquer item com as verdadeiras intenções de gestão de cada bando. Não é necessário classificar a administração Kassab. Basta sair à rua e espiar.

É preciso reconhecer que nem a Situação nem a Oposição desejam colocar o dedo no problema fundamental da economia brasileira. Tal problema consiste na industrialização insuficiente. O país sempre volta à posição de fornecedor de insumos básicos. A famosa economia dos “ciclos” exportadores: cana de açúcar, gado, café; hoje soja e suco de laranja; amanhã minerais, álcool e petróleo, etc. O PSDB realizou aquela política devastadora de alinhamento com Clinton e Bush, pela qual o setor produtivo de empresas públicas foi “doador” ou leiloado. Perdeu a moral para propor políticas de crescimento para o país. Quando falam nisso, nem eles próprios acreditam. Quanto ao PT, embora haja feito uma gestão muito superior, recusa-se – dentro de uma óptica oportunista – a enfrentar qualquer problema estratégico. Sua estratégia é a daquele samba do Paulinho da Viola: “leva o barco devagar”...

No entanto, no Brasil há massa cinzenta suficiente para promover políticas com dimensão estratégica, capazes de resultar numa retomada efetiva do processo de industrialização. A opção por uma política expansionista auto-sustentada existe inclusive para as condições vigentes no marco atual da crise mundial. O empobrecimento da discussão atual caracteriza, contudo, o arrocho midiático, o monopólio do financiamento eleitoral pelos grandes grupos econômicos e a

estratégia de silêncio que é aplicada a todo problema nacional, taxado tão logo como citado de “fundamentalismo”.

#### 9. *Bibliografia sugerida*

BHADURI, Amit. *Macroeconomics. The Dynamics of Commodity Production*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Macmillan Education LTD. 1986.

EATWELL, John, TAYLOR, Lance. *Global finance at risk: the case for international regulation*. The New Press. New York. 2000.

KING, J.E. *A History of Post Keynesian Economics since 1936*. Northampton: Edward Elgar. 2002.

KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque. A ascensão do capitalismo de desastre*. São Paulo: Editora Nova Fronteira. 2007.

PAULANI, Leda Maria. *Brasil Delivery*. São Paulo: Editora Boitempo. 2003.

TAYLOR, Lance. *Macro models for developing countries*. New York: McGraw-Hill Book Company. 1979.